

O G20 e sua luta na OMC

O G20, constituído por um grupo países “em desenvolvimento” que defendem interesses que dizem respeito às disputas por mercados para produtos agropecuários, declarou à imprensa durante os últimos meses de 2006 que procurará a todo custo recuperar a credibilidade da OMC (Organização Mundial de Comércio). A luta do grupo tornou necessária devido ao grande fracasso da Rodada de negociações de Doha aberta em Cancún em 2003. Nesta rodada de negociações nenhum resultado concreto foi obtido, encerrando em quase nada, anos de conversações.

O G20 se organiza dentro da OMC para defender interesses comuns frente aos interesses predominantes dos Estados Unidos e da União Européia. Dentre eles encontram-se países com uma forte economia agrário-exportadora como Brasil, Índia, México, China e África do Sul. O principal objetivo do G20 é conseguir uma reforma do comércio mundial agrícola, reduzindo os subsídios e incentivos à produção nos EUA e as tarifas de importação na União Européia.

Em recentes negociações, os dirigentes do G 20 conseguiram arrancar dos EUA e da UE uma relativa concessão, aprovando uma série de restrições à prática de *dumping* comercial. Contudo, na prática, estas concessões foram ignoradas e não produziram nada. Os dois maiores blocos - EUA e UE - não aceitam estas restrições e, por isso, a OMC corre o risco de cair numa crise terminal e desaparecer. Junto com a falência da OMC viria uma retração às negociações multilaterais e o crescimento do protecionismo através de acordos bilaterais, onde a vontade dos países mais poderosos política, econômica e militarmente seria imposta de qualquer modo.

O governo dos EUA fornece cerca de 47 bilhões de dólares por ano a seus agricultores na forma de subsídios diretos. Estes subsídios chegam a atingir mais de 18% do total da renda das fazendas americanas. Estes subsídios, de modo geral, servem para compensar a diferença entre os custos da produção agrícola nos EUA, geralmente elevados, e os preços do mercado mundial, geralmente mais baixos que os primeiros. Os subsídios servem, ainda, para estimular certos setores de proprietários rurais a manter suas propriedades em funcionamento e garantir uma base de apoio político ao partido que governa os EUA.

Na União Européia, as altas tarifas de importação (sobretaxas) servem para impedir que produtos estrangeiros mais baratos concorram com os produtos locais, geralmente com preços correntes mais elevados que os preços do mercado mundial. Evidentemente, tais tarifas atendem também aos interesses de proprietários privados rurais que constituem um dos setores politicamente mais conservadores da sociedade européia.

A União Européia destina também cerca de US\$ 1,6 bilhão anuais, por exemplo, só para subsidiar suas exportações de açúcar refinado. A indústria do açúcar dos países que compõem a UE compra o açúcar bruto de suas ex-colônias do Caribe, África e Pacífico, o processa em suas próprias refinarias e o comercializa, por fora das regras da OMC, dentro da própria UE, a preços normalmente duas vezes maiores que os preços internacionais.

Assim, com uma política protecionista agressiva, os europeus conseguem ser os maiores exportadores mundiais de açúcar, apesar de sua produção custar o dobro da produção de países como Brasil, Tailândia e Moçambique. Via política de subsídios e tarifas de importação protecionistas os europeus conseguem, ainda, comercializar seu açúcar no mercado mundial abaixo do preço de custo nacional e mesmo assim conseguir lucros grandiosos.

O reconhecimento das demandas do G20 por parte da OMC nos últimos anos, conferem aos países que estão a frente do grupo maior credibilidade e relevância internacional. Assim, países como Brasil, Índia e China reforçam a sua condição de importantes “players”, ampliando a sua capacidade de exercer influência quanto à tomada de decisões em questões de interesse mundial. Finalmente, a influência e os esforços do G-20 foram confirmados em negociações recentes no âmbito da OMC, que levaram à criação do acordo-quadro atual, que prevê o fim dos subsídios agrícolas até 2011. A grande questão é: será que, dessa vez, os governos dos EUA e UE finalmente respeitarão as decisões da OMC que, sistematicamente vem condenando suas práticas protecionistas?